



Projeto de Educação Ambiental do Campo de Polvo/ PEA-CP

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO LICENCIAMENTO: Chegamos. E agora, o que queremos?



A realização do Projeto de Educação Ambiental do Campo de Polvo é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO LICENCIAMENTO:
Chegamos. E agora, o que queremos?

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO LICENCIAMENTO:
Chegamos. E agora, o que queremos?

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS
NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA
PETRORIO S.A
AMBIENTAL ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA

Sumário

I. Introdução.....	6
II. Objetivos e fases desde 2014.....	6
III. Comunicação Popular: um balanço crítico.....	16
IV. A chegada do Teatro do Oprimido	31
V. Referências	45

I. Introdução

Chegamos!!! À quinta apostila do PEA Observação e a um momento importante de amadurecimento do projeto. E são vários os motivos: as atividades estão sendo conduzidas de acordo com as exigências legais federais, que aos poucos são melhor compreendidas pelos Observatórios, que contam com um aumento expressivo de participação de pessoas que pertencem aos grupos vulneráveis aos impactos da cadeia produtiva do petróleo. Além disso, a comunicação popular e o teatro do oprimido acontecem em plena sintonia com as premissas da educação ambiental crítica e são bem aceitos pelos participantes do projeto, mostrando bons resultados. A atuação na vida pública, por sua vez, foi reforçada, e a conquista de direitos aparece como uma possibilidade real. Ainda temos muito pela frente, mas essas conquistas mostram que estamos no caminho certo.

Portanto, está na hora de fazer um balanço dessa rica história de construção coletiva, aprendizado e realizações por meio da educação ambiental enquanto condicionante do licenciamento, exigida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) no cumprimento da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.938/1981). A partir da análise do que fizemos desde 2014, podemos pensar os rumos e desafios que estamos dispostos a enfrentar com a proximidade da Fase 5, de início previsto para 2019.

Propomos o recorte de 2014 em diante como destaque da apostila, pois foi o momento em que o Observação passou por mudanças significativas na forma de conduzir e atender às diretrizes e normas que definem o que pode e o que não pode ser feito em um projeto de educação ambiental no licenciamento conduzido pelo Ibama. Sempre é bom lembrar que o PEA Observação existe por uma obrigação legal, uma condição para que a PetroRio possa explorar petróleo, e por ser um meio capaz de cumprir com a responsabilidade do Estado – e da sociedade como um todo – pela garantia do ambiente como bem comum.

VAMOS FAZER JUNTOS?

Quais as diretrizes e regras que definem a educação ambiental no licenciamento? O que é o meio ambiente como bem comum? Marque um encontro de debate no Observatório para procurar as respostas. (Dica: as respostas estão na Apostila I.)

Fazemos um convite ao leitor. Que acompanhe e dialogue com cada parte da apostila, que terá seu conteúdo trabalhado na formação e deve ser continuamente discutida nos Observatórios. Para facilitar esse diálogo e a reflexão sobre o PEA Observação, seus objetivos e instrumentos, organizamos o texto em capítulos.

Como comentado antes, no primeiro capítulo recuperamos os objetivos das fases ao longo dos últimos cinco anos: o que se buscou fazer e o que foi criado. Trazer isso ajudará a entender o que mudou e o que precisa ser trabalhado na próxima fase. Depois desse capítulo mais geral, colocamos outros dois que tratam dos limites, realizações e potencialidades dos meios pelos quais tornamos o projeto uma realidade: a comunicação popular e o teatro do oprimido. Com essa sequência, possibilitamos tanto uma análise mais global do projeto quanto uma análise mais particular, por intermédio do que ocorreu nas reuniões de acompanhamento, nos produtos criados e no dia a dia dos Observatórios.

O que estudamos até aqui?

Essa é a quinta apostila do projeto. Como andam os estudos das anteriores? Elas têm muito conteúdo bacana, fundamental de estudar e compreender. Nos parágrafos a seguir, apresentamos um mapa de todas elas, para você conferir se está tudo bem entendido ou se tem algum assunto que precisa ser relido.

A Apostila I é a que tem os conteúdos básicos, indispensáveis para quem está em um projeto de educação ambiental sob responsabilidade do Ibama. Trata do licenciamento, seu histórico e de como incorporou a educação ambiental crítica. Esclarece leis e diretrizes que regem nosso trabalho e formas como ele pode incorporá-las e praticá-las.

A Apostila II aprofunda o conteúdo geral da primeira, principalmente no entendimento do que cabe no licenciamento. Fala do processo pedagógico no tratamento dos problemas e conflitos ambientais, mostrando que o ato educativo é intencional e envolve não só conhecimentos, mas também a mobilização e a organização coletiva na busca de reconhecimento público e garantia de direitos. Apresenta a comunicação popular como um eixo do fazer educativo do projeto e esclarece conceitos e leis sobre povos tradicionais, uma vez que representam grande parte dos grupos com que o PEA trabalha.

A Apostila III, por sua vez, traz conhecimentos sobre o que é ser um Observatório no PEA Observação e suas finalidades, aprofundando a articulação entre comunicação popular e educação ambiental no licenciamento.

Já a Apostila IV, produzida em 2017, traz uma reflexão sobre o momento político de tentativa de desmonte do licenciamento e os riscos de se acabar com a educação ambiental enquanto condicionante – riscos que continuam existindo. Além disso, aprofundou o conhecimento sobre a comunicação popular e sua função estratégica para os Observatórios e trouxe como novidade o teatro do oprimido, sua história, objetivos e importância para a educação ambiental crítica.

É sem dúvida um conjunto de textos potentes, que resumem o principal para entender a educação ambiental no licenciamento e o PEA Observação. Cabe a cada Observatório e a cada participante assumir o compromisso com os estudos e se fortalecer com novas informações e conhecimentos.

II. Objetivos e fases desde 2014

Um dos caminhos para identificar e analisar as mudanças de um projeto ao longo dos anos é olhar para os objetivos de cada fase. Cada objetivo do PEA Observação é a expressão de uma necessidade, de um desafio, que precisou ou que precisa ser enfrentado para que possamos alcançar nossos sonhos e cumprir com as obrigações legais estabelecidas pelo Ibama e pela lei brasileira.

Vejamos nosso percurso...

Plano de Transição (8 meses - 2014)

O plano foi um momento decisivo para o projeto. O Ibama tinha determinado um conjunto de adequações, e para isso a PetroRio, junto com uma nova consultoria, a Ambiental Engenharia, assumiu o desafio de fazer o que era preciso em um prazo de oito meses. Por ser um momento de ajustes, não foi chamado de fase, mas de transição, uma vez que a superação de certos problemas era fundamental para iniciar uma nova fase com uma condução satisfatória.

O objetivo geral do plano era claro: reorganizar os Observatórios, fortalecendo sua dimensão coletiva e definindo temas, problemas e conflitos prioritários a monitorar. Era preciso pensar o que era específico do PEA Observação, único projeto na Bacia de Campos definido como Linha de Ação D da Nota Técnica CGPEG/Ibama n. 01/2010.

VAMOS FAZER JUNTOS?

Quando o Ibama definiu nessa nota técnica as regras para os projetos de educação ambiental, ele os dividiu em seis linhas de ação, que significam seis tipos diferentes de projeto. Todas as outras linhas têm um tipo específico de trabalho, como debater royalties (linha B) ou planos diretores municipais (linha C), enquanto a linha D é aberta, permitindo a construção de uma proposta diferente das demais.

Para acessar o texto da nota técnica, visite <http://www.ibama.gov.br/component/phocadownload/file/2940-5-2010-01-nota-tecnica-programas-de-educacao-ambiental> . Para lembrar por que a Observação pertence a essa linha, confira as primeiras apostilas de nossa série.

Os três objetivos específicos do plano indicavam o caminho para alcançar o objetivo geral:

- Mobilizar, renovar e fortalecer os Observatórios nos municípios de influência do Campo de Polvo, pautados nos pressupostos da educação ambiental no âmbito do licenciamento de petróleo e gás;
- Consolidar conceitos e ferramentas de comunicação e pesquisa audiovisuais junto aos Observatórios;
- Selecionar temas, localidades e indicadores que serão trabalhados no monitoramento das transformações socioambientais, no Plano de Trabalho consolidado.

A comunicação já aparecia como um objetivo, mas ainda era mais voltada à produção audiovisual, uma vez que, por muitos anos, a ênfase da Observação esteve de fato na produção de vídeos – mas qual era sua relação com a comunicação e a educação? Aqui há alguns comentários que precisam ser feitos. A comunicação, pensada até 2014 quase como sinônimo de produção de vídeos, perdia seu potencial criativo dentro de um projeto de educação ambiental. Além disso, ao colocar o foco no próprio vídeo, se perdia a dimensão educativa de um PEA que busca o monitoramento de impactos e conflitos ocasionados pela operação da cadeia produtiva do petróleo. Ou seja, se perdia de vista a necessidade de elaborar coletivamente um processo de organização popular, formação continuada e de monitoramento que justificasse a existência do próprio PEA Observação. Era como se o vídeo em si fosse o objetivo, esquecendo que ele é apenas um dos caminhos para alcançar as finalidades de mitigação que os projetos de educação ambiental no licenciamento sob responsabilidade do Ibama devem cumprir.

DICA DE ESTUDOS

Você se lembra bem da função da comunicação popular e sua relação com o PEA?
Que tal reabrir as Apostilas II e III para dar uma refrescada na memória?

A segunda apostila buscou explicar o que é a comunicação popular e como ela poderia contribuir para a aproximação dos sujeitos prioritários com os Observatórios. Além disso, apresentou alguns exemplos das ferramentas de comunicação popular que o projeto poderia usar.

Já a terceira situou a comunicação popular na educação ambiental crítica, tratando das possibilidades dessa ferramenta dentro de um projeto no licenciamento conduzido pelo Ibama. A apostila ressalta que a comunicação popular, apesar de toda sua grandiosidade, é o meio – e não o fim – para alcançar os objetivos do projeto. Além disso, mostra como a democratização das tecnologias, ou seja, o acesso às tecnologias da informação (computadores, celulares, câmeras fotográficas) pode possibilitar o protagonismo do sujeito na produção de conhecimento.

Finalmente, a quarta apostila aprofunda os conhecimentos sobre a comunicação popular a partir das experiências dos Observatórios, debatendo sua essência e destacando sua ligação com a educação popular de Paulo Freire.

Na transição, buscamos superar tudo que não cabia e valorizar tudo que tinha sido feito e que mostrava o potencial do projeto. Um dos aspectos valorizados foram os vídeos, só que com foco na comunicação e não na qualidade estética dos produtos. Esse tipo de posição da equipe era o início da construção de um eixo que se tornaria fundamental para o projeto nas fases seguintes: a comunicação popular.

Fase 3 (2015-2016)

O Plano de Transição não foi fácil. Nem sempre todos entenderam ou aceitaram os motivos de algumas ações, mas o plano cumpriu bem seus objetivos e estabeleceu um diálogo de qualidade entre Ibama, PetroRio, Ambiental e participantes dos Observatórios. No que cabia aos Observatórios e ao monitoramento, a credibilidade conquistada permitiu criar objetivos ousados, voltados para todas as exigências previstas na Nota Técnica CGPEG/Ibama n. 01/2010. No total, foram dez objetivos específicos, que precisavam ser atendidos em dois anos:

- Estabelecer o processo continuado de diálogo, planejamento, acompanhamento e execução conjunta das atividades dos Observatórios que se referem ao escopo do Plano de Trabalho;
- Promover a formação continuada da equipe técnica e dos participantes;
- Articular os Observatórios aos demais projetos de educação ambiental; existentes na Bacia de Campos, sob a responsabilidade da CGPEG/Ibama;
- Fomentar o diálogo dos Observatórios do projeto com outros observatórios que atuam com temáticas relevantes para a educação ambiental no licenciamento;
- Consolidar o audiovisual como ferramenta de mobilização, formação e monitoramento;
- Implantar o site como instrumento de troca entre equipe e Observatórios, entre os integrantes do projeto e destes com as comunidades locais;
- Tornar o site um instrumento de divulgação dos resultados do monitoramento;
- Desenvolver nos grupos capacidades relativas ao domínio de outros dois meios da comunicação popular (web rádio e o jornal mural);
- Estabelecer espaços de diálogo dos Observatórios com organizações pertencentes aos grupos sociais vulneráveis;
- Possibilitar que os resultados do monitoramento sejam socializados e discutidos com os sujeitos prioritários do processo educativo.

Alguns pontos foram decisivos para que essa fase desse certo. O primeiro foi o acompanhamento bem próximo da rotina dos Observatórios, possibilitando o aprendizado na experiência prática e criando hábitos de planejamento de ações e organização de informações. Aliada a ele, a formação permanente da equipe gerou e gera até hoje maior segurança e consistência na condução dos processos educativos com os Observatórios.

Aproximações importantes incluíram a dos Observatórios com os sujeitos prioritários, que foi além do diálogo rumo a uma participação efetiva, e do projeto com outros Peas da Bacia de Campos, permitindo algumas ações conjuntas. Por fim, foi clara a consolidação do entendimento e uso da comunicação para além da produção de vídeos. Nesses dois anos da Fase 3, o Teatro do Oprimido apareceu como um princípio orientador de algumas práticas nos Observatórios, estimulando o repensar das relações interpessoais. Além disso, observamos que novas linguagens de trabalho ajudavam os participantes dos Observatórios a se comunicar sobre o que estava ocorrendo e a participar de debates públicos. Daí nasceu a ideia de que a ferramenta poderia contribuir e muito com o Observação.

Fase 4 (2017-2018)

A fase atual começou com o desafio de dar conta de dez objetivos. Alguns expressaram a continuidade do que estava funcionando, mas outros indicaram a necessidade de repensar o desenho dos Observatórios e avaliar se o atual modelo dá conta ou não do que é preciso para cumprir com as finalidades do PEA Observação. Dentre todos, um objetivo falava especificamente da introdução do teatro do oprimido, que, junto com a comunicação popular, se tornaria um dos principais eixos do projeto.

- Fomentar o processo continuado de diálogo, planejamento, acompanhamento e execução conjunta das atividades dos Observatórios;
- Promover a formação continuada da equipe técnica e dos participantes dos Observatórios;
- Fomentar a discussão sobre os aspectos motivacionais e as relações interpessoais em cada Observatório;
- Redefinir atribuições entre os integrantes dos Observatórios (associados, dinamizadores e diretores);
- Definir coletivamente o desenho e o modo de funcionamento dos Observatórios de Macaé e São João da Barra;
- Avaliar coletivamente o desenho e o modo de funcionamento dos Observatórios;
- Estimular o uso das mídias sociais e do audiovisual como ferramenta de mobilização, formação e monitoramento;
- Introduzir o teatro do oprimido como ferramenta motivacional, de gestão e de

comunicação junto aos Observatórios;

- Possibilitar que os resultados do monitoramento sejam compartilhados e discutidos com os sujeitos prioritários do processo educativo;
- Manter o site como instrumento de capacitação e troca entre a equipe técnica e os Observatórios, entre os integrantes do projeto e destes com a comunidade local.

O objetivo desta apostila é refletir sobre esses objetivos, sobre o trabalho desenvolvido nos Observatórios com as ferramentas da educação popular (teatro do oprimido e comunicação popular) e pensar em formas de fortalecer o trabalho junto aos sujeitos prioritários da ação educativa.

E você? Como avalia essa fase? O que precisamos manter? O que precisamos reforçar? O que precisamos criar?

III. Comunicação popular: um balanço crítico

Comunicação popular é a comunicação construtora e modeladora da vida social, que coloca a experiência comunicativa no mesmo patamar dos saberes populares. É canal de amplificação do discurso e da estética do oprimido, colocando-o como protagonista da sua própria história, sua própria narrativa. Se engaja no interior das dinâmicas sociais e não apenas nas mudanças técnicas ocorridas nas sociedades. É contra-hegemônica em sua essência, não assumindo o discurso dominante e sim para, pela, da e com a comunidade.

A comunicação popular, como metodologia inserida no processo pedagógico da educação ambiental no licenciamento, vai além do mero uso de suas ferramentas (jornal mural, blog, produção audiovisual) no monitoramento socioambiental. A potência dessa metodologia tem como possibilidade a construção de um novo caminho.



Figura 1: Realização da devolutiva do PEA Observação Cabo Frio, em Tamoios.

Na Apostila II, vimos como a comunicação popular se insere no monitoramento socioambiental realizado pelos Observatórios do Observação. Como dito na apostila, as informações e os conhecimentos desenvolvidos pelas ferramentas da comunicação popular surgem dos saberes locais e populares – e isso só é possível quando o ato do comunicador popular é motivado pela solidariedade e pela colaboração.

A cultura popular, com suas histórias, memórias e identidades, é um elemento fundamental de nosso fazer. Porém, não podemos usar essa cultura como mero assunto impresso em uma mídia, seja ela analógica ou digital. Isso nos levaria a reproduzir a lógica dominante da comunicação tradicional, que entrega conteúdos prontos sem a participação coletiva e colaborativa. Não queremos reproduzir essa lógica, de uma comunicação dominada por poucas cabeças e poucos pontos de vista, em que um sujeito tem o poder de contar a história – a narrativa – do outro sujeito.

Portanto, o uso dessas ferramentas não pode ser apenas para produzir conteúdo a ser compartilhado no site, no jornal mural ou no canal do youtube, mas sim fortalecer a identidade dos grupos prioritários, mobilizar para atuação coletiva e contribuir no monitoramento dos impactos da cadeia produtiva de petróleo e gás.

No livro *Extensão ou comunicação?* Paulo Freire (1983) explica que a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é uma transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que coparticipam na busca da significação dos significados. Isso quer dizer que, se o “popular” da comunicação está no povo, as narrativas têm que ser processos participativos, que contemplem a diversidade de vozes, sentidos e posições políticas que compõem esse povo.

Por isso é fundamental que, no Observação, os grupos prioritários se apropriem da linguagem da comunicação e criem suas próprias narrativas. Logo, a produção da informação depende de três elementos da comunicação popular colaboração, conhecimento e cultura tradicional.

Nosso projeto já tem bagagem suficiente para avaliar o que alcançamos e seguir em busca de novos passos e desafios. Hoje, um dos maiores desafios é aumentar a iniciativa dos sujeitos, tornando a ferramenta mais do que um meio para expressar seus ideais, e sim o instrumento que conta a sua história com as suas próprias palavras em busca de libertação. Para isso, a comunicação popular é um processo de construção de produtos e reflexão sobre as questões e os conflitos dos atores ou grupos sociais prioritários.

O QUE É UM ATOR SOCIAL?

Um ator social é um grupo de pessoas que age em conjunto por conta de um interesse comum, como pescadores artesanais, empresários, instituições públicas, metalúrgicos, professores, estudantes etc.

A construção dessa caminhada dentro de um projeto de educação ambiental no licenciamento ambiental federal tem seus limites específicos, é claro. Nesse contexto, nossa caminhada se direciona ao domínio das ferramentas de comunicação popular para o empoderamento dos grupos prioritários, construindo possibilidades de ação no âmbito da gestão ambiental pública.

Os observatórios do PEA Observação são diferentes da maioria dos observatórios no Brasil. São responsáveis por produzir informações e conhecimentos a partir dos saberes locais e populares, em diálogo com outros conhecimentos e informações oficiais. Essa característica exige o uso de estratégias que não são necessariamente acadêmicas.

Nossa trajetória na comunicação popular

E você se lembra de como construímos esse caminho dentro do Observatório? Em 2014, nosso Plano de Transição ainda não tinha objetivos claramente relacionados à comunicação popular, mas já pensávamos nas suas diretrizes na hora de desenvolver as ações do projeto. Por este motivo, realizamos a Ação Formativa em Educomunicação que apresentou as bases da comunicação popular e ampliar o leque de ferramentas dos Observatórios para além do audiovisual. O que esperávamos naquele momento era apenas encaminhar o olhar para o uso do vídeo e de outras estratégias de comunicação como meios e não como finalidades das ações do projeto.

Educomunicação é tanto uma prática quanto um conceito na interface entre Educação e Comunicação. Como prática, propõe novos tipos de aprendizagem, utilizando recursos tecnológicos e novas relações na comunicação, mais democráticas, igualitárias e menos hierarquizadas.

Já na Fase 3, estruturada com foco na comunicação popular, alguns objetivos específicos nos possibilitaram:

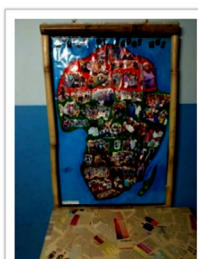
- consolidar o audiovisual como ferramenta de mobilização, formação e monitoramento,
- implantar o site como instrumento de troca entre equipe e Observatórios, entre os integrantes do projeto e destes com as comunidades locais,
- Tornar o site um instrumento de divulgação dos resultados do monitoramento, desenvolver nos grupos capacidades relativas ao domínio de outros dois meios da comunicação popular (web rádio e o jornal mural).

Como podemos ver nos dois exemplos a seguir, os Observatórios tiveram uma evolução qualitativa na produção de conteúdo para o site. As pautas produzidas pelos grupos deixaram de ser focadas em sua perspectiva e suas ações, e ganharam espaço os temas e sujeitos do monitoramento. Quanto mais os grupos prioritários perceberam a contribuição dessa ferramenta para a conquista de direitos, mais essa mudança de foco se enraizou.

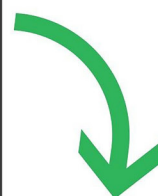
ENCONTRO DE ARTICULAÇÃO COM O QUILOMBO DE SOBARA

Observatório Araruama 16 de maio de 2015 monitoramento, Notícias

No dia 13 de maio o Observatório (OBA) de Araruama visitou o Quilombo de Sobara com o objetivo de iniciar a articulação com a comunidade, onde esteve presente as lideranças locais e também a [Ambiental](#), consultora do Projeto de Educação Ambiental (PEA). O encontro foi realizado na Escola Municipal Pastor Alcebiades Ferreira de Mendonça, onde foi apresentado o PEA Observação e o seu principal objetivo, que é o fortalecimento da Comunidade fornecendo ferramentas legais para reivindicar os seus direitos como comunidade tradicional junto aos órgãos governamentais competentes.



2015



PESCADORES ARTESANAIS DEBATEM CONFLITOS DA LAGUNA DE ARARUAMA

Observatório Araruama 7 de dezembro de 2016 monitoramento, Notícias

Em devolutiva, pescadores artesanais e Observatório Araruama apresentam curta documental "Destino: Araruama"

Após a apresentação do curta documental foi realizado um debate onde foram colocadas questões relacionadas aos conflitos mostrados no curta como o crescimento demográfico sem planejamento e a poluição da laguna. Um dos pontos debatidos foi à perda do território dos pescadores artesanais devido à expansão populacional, onde foi detectado o aumento da poluição prejudicando a qualidade do trabalho.



2016

Esquema 1: Na matéria, produzida pelo Observatório de Araruama em 2015, o tema é a visita ao Quilombo de Sobara. Na matéria de 2016, temos uma mudança na temática: a formação de grupo de trabalho (GT) para debater problemas da Laguna de Araruama, recurso natural disputado pelos pescadores e outros atores sociais.

OBSERVATÓRIO SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA SE REÚNE COM O REMA

Observatório São Francisco do Itabapoana 9 de maio de 2015 informe, Notícias

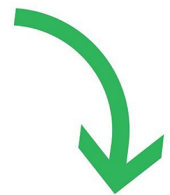


No dia 08 de maio na sede do OBA SFI, recebeu a visita do grupo que participa do projeto de educação ambiental REMA (Rede de Estudos para o Meio Ambiente) em Barra do Itabapoana, com jovens a partir dos quatorze anos, filhos de pescadores e marisqueiras.

O objetivo da reunião foi para trocar informações sobre o processo de organização e formalização do no Observatório, já que o REMA está iniciando esse processo.

Foi uma tarde bastante proveitosa para fortalecer a caminhada da possível parceria.

2015



2016

PESCADORES ARTESANAIS SE MOBILIZAM E FAZEM ABAIXO ASSINADO

Observatório São Francisco do Itabapoana 31 de maio de 2016 Notícias

Abaixo-assinado será entregue em junho na Câmara Municipal de São Francisco de Itabapoana

Os Pescadores artesanais das comunidades pesqueiras de Barra do Itabapoana, Guaxindiba e Gargaú, se mobilizaram e fizeram um abaixo-assinado com o objetivo de pedir urgência no processo de desassoreamento dos canais de entrada e saída das embarcações.



Boca da barra em Barra do Itabapoana

Esquema 2: Mudança temática das matérias de São Francisco de Itabapoana. Em 2015, o tema era a reunião entre os PEAs Observação e Rema, que atuam no município. Em 2016, o abaixo-assinado dos pescadores artesanais exigindo do poder público o desassoreamento da área da pesca na região.

Quando a ferramenta deixou de ser fim

Em relação à produção audiovisual, saímos do contexto de ferramenta-fim para o de ferramenta-meio. Nossa meta não é mais simplesmente produzir um curta documental, e sim um que tenha um objetivo de uso concreto. Os vídeos dos Observatórios de São João da Barra, São Francisco de Itabapoana, Araruama e Cabo Frio, por exemplo, foram usados em espaços de decisão política, fortalecendo as demandas e encaminhamentos dos grupos prioritários.



Figura 2: O curta *Sem água, sem peixe, sem tabua*, produzido pelo Observação São João da Barra em 2016, foi apresentado numa audiência pública que fortaleceu a reivindicação pela limpeza do Canal Quintigute.



Figura 2: A videorreportagem *Barragem*, produzida pelo Observação São Francisco de Itabapoana, em 2017, foi apresentado numa eunião de articulação entre órgãos municipais da pesca,



Figura 4: O curta *O dilema do pescador*, do OBA Araruama, foi utilizado em uma Audiência Pública da Comissão de Assuntos Municipais da Câmara Municipal de São Pedro da Aldeia.



Figura 5: Em Cabo Frio, o curta *Petróleo e Pesca: impactos e conflitos* foi exibido na Tribuna Livre da Câmara de Vereadores de Cabo Frio para tratar das demandas dos pescadores de guaiamum da comunidade do Chavão.

Vemos assim que a Fase 3 testemunhou avanços qualitativos nos processos e nos produtos da comunicação popular do Observação. Na Fase 4, os objetivos relacionados à comunicação popular são:

- Estimular o uso das mídias sociais e do audiovisual como ferramenta de mobilização, formação e monitoramento;
- Manter o site como instrumento de capacitação e troca entre a equipe técnica e os Observatórios, entre os integrantes do projeto e destes com a comunidade local.
- Será que caminhamos na direção desses objetivos? Do ponto de vista do uso das ferramentas, estão no caminho de se consolidar, com um aumento significativo da produção.

Além disso, contam com um maior entendimento de seus propósitos. Nesta fase, as ferramentas foram extremamente importantes para aglutinar e mobilizar a participação dos sujeitos prioritários no projeto, contribuindo para que a história contada não torne o sujeito um objeto de estudo, e sim protagonista da sua própria história. E isto reflete na melhoria do monitoramento, mais afinado às necessidades e conflitos vividos pelos grupos vulneráveis.

A comunicação popular em ação

A produção de conteúdo pelos grupos prioritários propicia o desenvolvimento de habilidades fundamentais para o exercício do monitoramento e da participação na gestão pública. A mediação entre os saberes tradicionais e científicos – ou seja, o diálogo entre o conhecimento dominante e o do pescador artesanal, do quilombola, do agricultor familiar ou do morador de favela – é fundamental para a produção do conteúdo. Assim, as condições vivenciadas pelos grupos prioritários definem o foco da discussão sobre o texto para o site, para o jornal mural e para o curta documental.

O comunicador popular, no processo pedagógico, estimula o desenvolvimento de habilidades que fortalecem a produção de conteúdo de comunicação pelos grupos prioritários, como a informática, a produção de texto, de material audiovisual e de fotografia. Com essas habilidades, os membros podem intervir e transformar sua própria realidade utilizando as ferramentas de comunicação popular, que apresentamos a seguir.

Habilidades desenvolvidas pela comunicação popular



Produção de texto – Escrever para o formato web



Audiovisual – Operar câmeras filmadoras digitais.



Fotografia – Operar câmeras fotográficas digitais.



Informática – Operar programas de edição de texto, vídeo e de fotografia.



Mediação – Trocar saberes e informações, refletir.

Jornal mural

O jornal mural é uma ferramenta que contribui para o fazer participativo e colaborativo na comunicação popular. Nos Observatórios, seu uso se destaca pela produção e acesso às informações de acordo com a voz e a posição dos diferentes grupos, como pode ser visto nas figuras a seguir.



Figura 6: Habilidades desenvolvidas na produção do jornal mural.

Em sua elaboração, são desenvolvidas habilidades como a produção de texto, a fotografia e a informática. A produção de texto será útil no momento de coletar os saberes locais e tradicionais para compartilhar. A fotografia colabora com o registro da identidade e do território do sujeito da ação educativa. O domínio da informática é importante para pesquisar na internet elementos visuais (ilustrações, desenhos, charges etc.) relacionados ao universo do grupo prioritário. Já a mediação é essencial para que todos os conteúdos produzidos (entrevistas, fotografias, ilustrações etc.) possam compor uma unidade em conexão com o tema monitorado.



Figura 7: Jornal mural em Barra de Itabapoana, São Francisco do Itabapoana.

Site/blog

O site, que anteriormente tinha um formato de diário, com informações sobre os Observatórios, é hoje um canal no qual se escoam o conteúdo produzido pelo monitoramento de forma coletiva e colaborativa, com evidente protagonismo dos sujeitos da ação educativa.

Nele, os conflitos locais ganham dimensão global, já que seu alcance não é mais limitado pela distância física – fato observado por muitos dos participantes do projeto, sejam sujeitos prioritários ou intermediários. É o que indicam depoimentos como o da dinamizadora Rosamaria Barreto, de Quixaba, São João da Barra: “As postagens são muito importantes, pois ultrapassam fronteiras, o que é muito eficaz para informarmos ao mundo sobre os conflitos que vivenciamos em nossa comunidade”.



Figura 8: Elaboração de conteúdo para o site em Barra do Itabapoana, circundado por habilidades em desenvolvimento.

Na produção do site/blog, avançamos em habilidades como a mediação, a produção de texto, a fotografia, a informática e a mediação. Porém, à diferença do processo do jornal mural, a habilidade de produção de texto aqui é utilizada para construir a pauta com o assunto da matéria que será produzida. A habilidade fotografia servirá para ilustrar a matéria com imagens dos fatos apresentados no texto, enquanto a informática permite publicar esses conteúdos no site.

Mais uma vez, a habilidade de mediação participa da produção desse conteúdo, pois é necessário debater cada etapa com todos os integrantes do Observatório. Por sua presença em tantos processos, a mediação é a habilidade mais importante a estimular com as ferramentas de comunicação popular.

Produção audiovisual

Essa ferramenta, tradicionalmente protagonista do PEA, vem rompendo com a lógica do curta pelo curta, se transformando em estratégia de comunicação que reflete os encaminhamentos propostos pelos sujeitos prioritários.

O projeto hoje utiliza essa ferramenta como meio e não como fim, como bem demonstrado pela dinamizadora Eloísa Rodrigues: “Antes não tínhamos um objetivo, um foco, mas agora temos um porquê, um motivo para produzir o curta documental.” E isto fica igualmente evidente nas atuais produções audiovisuais, que têm os sujeitos como produtores de sua própria narrativa. A produção audiovisual resulta em dois produtos: o curta documental e a videorreportagem. Os dois têm retratado as demandas e necessidades dos grupos prioritários e são usados nos espaços de decisão política para ampliar a voz e fortalecer as reivindicações desses grupos na luta por direitos sociais.

As habilidades que os integrantes desenvolvem ao produzir o curta e a videorreportagem são: produção de texto, audiovisual, domínio de informática e mediação.



Figura 9: Quadro com habilidades desenvolvidas na produção audiovisual



Figura 10: Pescador Jorge Luis "Nené" capturando imagens para o curta documental.

IV. A chegada do Teatro do Oprimido

O Teatro do Oprimido (TO) foi inserido no PEA Observação na Fase 4 já com bastante protagonismo. A ideia de trazer uma nova ferramenta para o projeto veio de uma análise que identificou a necessidade de trabalhar conflitos internos e externos sob um olhar diferente. Além disso acreditava-se que a ferramenta facilitaria a rediscussão de questões ligadas à institucionalização e organização dos Observatórios.

Isso fica claro no destaque dado ao TO em alguns objetivos da fase:

- Agregar o TO como instrumento capaz de contribuir com o aprimoramento desse trabalho e na rediscussão das atribuições dos participantes e do formato dos Observatórios.
- Introduzir o TO como ferramenta motivacional, de gestão e de comunicação junto aos Observatórios.

No primeiro ano de desenvolvimento da ferramenta, usamos a quarta apostila para trabalhar alguns pontos de estudo para os Observatórios, relativos ao porquê da escolha da ferramenta no projeto, sua origem e criação por Augusto Boal, sua relação com as ideias libertadoras de Paulo Freire e suas possibilidades de uso no PEA. Quando olhamos em retrospectiva para as experiências vivenciadas pelos Observatórios através das ferramentas de TO, percebemos uma grande riqueza de aprendizagens e resultados.

Teatro Imagem

Ao longo da Fase IV, o Teatro Imagem foi a principal técnica utilizada nos Observatórios por ser uma das principais bases da ferramenta. Na árvore do TO, que vimos na Apostila IV, ela ocupa o centro, porque é nele que estão as bases para a criação nas diferentes técnicas teatrais. É dos jogos com imagens que muitas vezes partimos para pensar o conflito que será trabalhado em um fórum, assim como podemos refletir sobre as causas desse conflito e as alternativas para sua resolução – que no Observação chamamos de encaminhamentos. Mas na verdade, com o Teatro Imagem, não só pensamos. Nós agimos! Sentamos e discutimos quais os conflitos vivenciados e como eles se estruturam, montamos imagens com corpos, caras e expressões. Corpos que, rígidos ou relaxados, demonstram se estão em um debate entre agricultores em um assentamento ou se é uma discussão entre um agricultor e um vereador em uma audiência pública, por exemplo.

É aí que estão algumas potências importantes dessa técnica: ela não fica só na palavra dos debates. Inclusive se recusa a usar a voz, explorando as múltiplas possibilidades que

os corpos possuem quando estão parados, mas em ação. E só então busca refletir em grupo sobre esses conflitos. Quem são as pessoas envolvidas na imagem? Onde estão? O que estão fazendo? Quem são aquelas outras pessoas? Por que olham desse jeito? Qual o conflito nessa imagem? Ele acontece no dia a dia? É possível buscar alguma forma para resolvê-lo? Existem alternativas?

Na metodologia do TO, os sujeitos tomam posse dos meios de produção da cultura, que incluem a imagem, o som e a palavra. Assim, podem construir formas de contar histórias – narrativas – sobre os conflitos sociais. Por isso, precisamos nos apropriar e dominar o uso do som, da imagem e da palavra, dando novos significados para antigos conflitos e criando novas alternativas de encaminhamento.

Relatos de experiências

Inicialmente usamos o Teatro Imagem para aprofundar o debate sobre as atribuições (ou responsabilidades) das funções existentes nos Observatórios: os dinamizadores(as), os diretores(as) e os voluntários(as). Juntos, formam o grupo que trabalha no monitoramento dos impactos da cadeia produtiva do petróleo e gás em cada município com o apoio da equipe técnica.

A partir da apresentação das bases e técnicas do Teatro do Oprimido, começamos a conversar sobre a capacidade de expressão de nossos corpos, nossas possibilidades e limitações, fazendo experimentações que nos desafiavam a ampliá-la cada vez mais. Nas muitas possibilidades do Teatro Imagem, encontramos uma oportunidade para fazer esse exercício ao mesmo tempo em que debatíamos temas do monitoramento.

Uma atividade, por exemplo, convidava cada participante a expressar, através de imagens construídas com o seu corpo, aquilo que compreendia sobre as funções existentes no dia a dia de seu Observatório: como é o trabalho de um dinamizador? Quais são suas responsabilidades? Quais as dificuldades enfrentadas pelos voluntários no cotidiano dos Observatórios? Quais as causas dessas dificuldades? Como podemos resolvê-las? Qual o

papel do diretor?

O debate a partir das imagens também envolveu conceitos e palavras comuns no contexto do PEA, que precisam ser muito bem compreendidos por todos: quais são os impactos da cadeia produtiva do petróleo e gás na sua atividade tradicional? O que é e para que serve mitigação? Para que serve o monitoramento? Essas e outras perguntas foram respondidas pelos participantes através de imagens corporais, que expressavam seu entendimento sobre os temas e levavam ao debate pelo grupo.



Figuras 11, 12 e 13: Observatórios criam imagens representativas das atribuições dos participantes e outros conceitos do seu cotidiano.

O entendimento dos grupos sobre os debates que geraram as imagens corporais mostrou que as atividades provocaram reflexões individuais e coletivas diferentes das quais já estavam acostumados. Isso fica claro quando vemos os questionamentos surgidos nesses encontros: “as frases que repetimos para explicar uma questão fazem realmente sentido para nós?”, “Já paramos algum dia para refletir e questionar determinado assunto?”.

Expressar com o corpo e com imagens o que costumamos dizer com palavras demonstra muito mais do que pensamos, e traz em si uma riqueza de significados e interpretações que nos levam a entender um tema de uma forma nova, que ainda não tínhamos imaginado.

Em Arraial do Cabo, por exemplo, o grupo pôde pensar em imagens sobre um conflito, suas causas e soluções. Você pode conferir a riqueza de sentidos nas imagens a seguir, feitas durante as atividades.



Figura 14: Imagem de conflito entre turismo empresarial e reserva extrativista.



Figura 15: Imagem da causa do conflito: falta de regulamentação e fiscalização pelos órgãos públicos.



Figura 16: Imagem de alternativa para a resolução do conflito: fiscalização efetiva pelos órgãos públicos.

Também a partir do Teatro Imagem, o Observatório de Macaé desenvolveu um modelo de construção de narrativa em três etapas: imagem do conflito, imagem das causas e imagem dos encaminhamentos.

Identificamos como principal conflito a chegada abrupta das petroleiras no município com carência de políticas públicas, gerando grandes impactos sociais para uma cidade que em poucos anos saltou de 40.000 para 200.000 habitantes.



Figura 17: Imagem do conflito em Macaé.

Como possível causa do conflito, discutimos sobre a falta de identidade da população local com o município, já que grande parte dos moradores chegou recentemente, após as petroleiras. Assim, não desenvolveram uma identificação com a cidade, nem vontade de participar dos espaços de decisão política. Desse diagnóstico, seguimos para levantar possíveis encaminhamentos, que giravam em torno da mobilização para a participação popular.

Após esse tipo de exercício, o processo caminhou para a dinamização das imagens e, no futuro, culminará no desenvolvimento de peças de Teatro Fórum, como na figura a seguir, feita a partir do exemplo de Macaé.



Figura 18: Desenvolvimento em etapas do TO no Observação.

Levantar essas questões nos ajudou a enxergar a potência do TO e começaram a deixar claro para os Observatórios por que o projeto adotou essa ferramenta. Como os jogos e exercícios não são fechados em si mesmos, mas sim feitos com base na realidade em que os sujeitos estão inseridos, as imagens se tornaram o tema central dos debates, desenvolvendo a compreensão dos conflitos e conteúdos relacionados. Além disso, levaram a uma melhora da capacidade de expressão e diálogo, fundamental para os grupos, como eles mesmos reconhecem.

Teatro Fórum

Desde o início do trabalho com TO nos Observatórios, diversos objetivos foram alcançados. A primeira etapa, de conhecimento do corpo, tinha o objetivo de sensibilizar os participantes quanto a suas limitações e possibilidades na produção de imagem, som e palavra – processo em que tivemos um avanço significativo.

A segunda etapa buscava tornar o corpo expressivo a partir da consciência de seu potencial. Além disso, estimulava o uso dessas possibilidades na expressão de ideias e na criação de significados. Essa etapa está em pleno desenvolvimento em grande parte dos Observatórios, tendo alguns, inclusive, já caminhado para a terceira etapa: o teatro como linguagem. Nele, trabalhamos a dramaturgia da cena com os membros dos Observatórios criando narrativas, não apenas histórias isoladas, mas diversos acontecimentos que se inter cruzam e se conectam de alguma forma.

Assim, neste momento desenvolvemos a segunda etapa – de criação e expressão de ideias no corpo – ao mesmo tempo que a terceira, voltada para a montagem e estruturação das cenas. Essas cenas precisam expressar uma mensagem, produzir significados, para assim iniciar a caminhada rumo à quarta etapa: o teatro como discurso, no qual serão criadas e apresentadas cenas e peças sobre os conflitos vivenciados por cada um dos Observatórios, de acordo com os temas de monitoramento que os caracterizam.

Nessa transição, usamos jogos e técnicas para, no futuro, montar peças de Teatro Fórum que mobilizem outros sujeitos para debater e monitorar os impactos da cadeia produtiva do petróleo e gás, além de levantar alternativas para a resolução desses conflitos. Posteriormente, essas alternativas nos levarão a pensar em encaminhamentos concretos e continuados, de um jeito que os conflitos não se paralitem.

Um desses jogos do TO é o “quatro em marcha”, conhecido jogo do arsenal do Teatro do Oprimido onde é explicado como se dá o funcionamento de um Teatro Fórum. Nele, são posicionados os elementos básicos de sua estrutura: o opressor, o oprimido, um conflito, desejos contrastantes e um desenlace negativo para o oprimido devido ao desequilíbrio de poder em favor do opressor.



Figura 19: Exercício “quatro em marcha – modelo de Teatro Fórum”.

Nessa estrutura, a dramaturgia do fórum é apresentada de forma clara. Um sujeito possui um desejo: dançar. Outros quatro sujeitos possuem também um desejo: marchar e que todos marchem. A questão é que o desejo destes últimos contrasta com o desejo do primeiro e impossibilita diretamente a sua realização, materializando a opressão. Dessa forma, a marcha com os quatro sujeitos representa os opressores, enquanto o outro, que deseja dançar, representa o oprimido. Essa definição se confirma quando o opressor possui claramente uma correlação de forças e poder superior à do oprimido, como vemos na figura pela quantidade de integrantes, pela força física e pelo poder político da marcha.

A partir dessa estrutura, apresentada teatralmente pelos membros dos Observatórios, partimos para diversas discussões. Existe um conflito? Por que que ele acontece? É possível que esse sujeito supere essa opressão? Que comparação com a nossa realidade podemos fazer observando essa marcha? Quem ela representa? E o sujeito oprimido? Pode ser comparado a algum grupo social? Conflitos semelhantes acontecem neste território?

No Observatório de Rio da Ostras, o exercício levou a uma comparação interessante com a realidade local. Parte dos agricultores na reunião moram e trabalham em um assentamento existente há um ano e meio. O município, porém, não o reconhece – um conflito que impacta ainda mais os agricultores. Além disso, o fazendeiro vizinho alega que a terra, que estava improdutiva e abandonada desde 1947, pertence a ele, se posicionando desde o início contrário à ocupação.

Durante os primeiros meses de ocupação, os agricultores ouviam carros no local fazendo barulho e assustando os moradores durante a noite. Com medo e sem saber como proceder, cada agricultor voltava a sua casa quando ouvia esses carros, já que pouco podiam fazer contra as ameaças.

Depois do exercício, um dos agricultores contou essa história, relatando que para ele a marcha simbolizava esses ataques contra a ocupação, e o sujeito que dançava lembrava o agricultor. Havia desejos opostos: o fazendeiro queria expandir suas terras, por mais que parte delas ficasse improdutiva, enquanto os agricultores familiares queriam terra para plantar e viver. O desejo do fazendeiro interferia diretamente no desejo dos agricultores, impedindo sua realização. A partir dessa comparação, debatemos alternativas de resolução do conflito.

Experiências com o Teatro Fórum

No ano de 2017, tivemos a oportunidade de experimentar o processo de construção e apresentação de cenas de Teatro Fórum em dois Observatórios. O percurso seguido nos dois casos foi muito semelhante: partiu-se dos conflitos que fazem parte da realidade do sujeito prioritário e que caracterizam situações de opressão das quais ele deseja se libertar. Definidos os temas, partimos para o compartilhamento de situações vivenciadas dentro da temática escolhida que poderiam inspirar a construção das cenas, trazendo esses episódios para um debate mais concreto através do Teatro Imagem. Discutimos através dessa técnica o conflito, suas causas e possíveis alternativas de resolução.

O passo seguinte foi estruturar de forma coletiva a construção das cenas, sua cenografia e seus figurinos, para deixar claras as circunstâncias de opressão, os sujeitos envolvidos, seus aliados e seus interesses antagônicos. Além disso, fizemos questão de construir personagens e situações que estimulassem as intervenções da plateia. Após uma rotina de muito ensaio, finalmente chegou o momento das apresentações – um processo em que cada Observatório mostrou suas características únicas.

Em Araruama, o tema escolhido pelo grupo para a cena foi a “organização e defesa dos interesses dos pescadores nos espaços de decisão”, a partir de situações relatadas por pescadores que participam das atividades do Observatório Araruama. A cena modelo criada

pelo grupo mostrava a dificuldade dos pescadores para se organizar e participar nos espaços de decisão política, se posicionando na defesa de seus direitos frente aos equívocos cometidos por seus representantes.

A cena foi apresentada em duas ocasiões no município: uma na comunidade de pescadores de Ponte dos Leites e outra na Casa de Cultura Geraldo Caú, no centro da cidade, quando foi realizada a devolutiva das ações desenvolvidas pelo Observatório no ano de 2017.

Ela mostrava o representante dos pescadores defendendo os interesses das empresas de água e esgoto, em detrimento das necessidades e direitos dos pescadores.

Em ambas as apresentações, a plateia se identificou muito com as situações, pois as opressões sofridas pelo pescador protagonista eram semelhantes às vivenciadas ou conhecidas pelos presentes. As intervenções feitas propunham saídas para as circunstâncias opressoras apresentadas, ensaiando distintas formas de se posicionar diante das injustiças: a mobilização para a participação em espaços de decisão, a organização dos pescadores para exigir de seu representante a defesa de seus direitos e a denúncia de atitudes contrárias a esse propósito.



Figura 20: Apresentação da cena de Teatro Fórum na comunidade de pescadores de Ponte dos Leites.



Figura 21: Intervenção de pescador de Niterói, substituindo o protagonista da cena de Teatro Fórum apresentada na Casa de Cultura Geraldo Caú, em Araruama.

Os debates após as apresentações analisaram tanto os conflitos apresentados quanto o papel de cada ator social representado na cena, fazendo relação com a realidade do município. A conversa não se restringiu à resolução daquela conjuntura específica apresentada, mas às possibilidades de organização real dos pescadores e sua participação efetiva nos espaços de decisão política. Já a cena criada pela Observação Cabo Frio, de tema muito semelhante ao escolhido em Araruama, foi a “organização dos pescadores e ocupação dos espaços de decisão”.

O foco dessa encenação, no entanto, estava na dificuldade de reconhecimento e organização dos pescadores como categoria, motivada pela descrença no poder público e na possibilidade de transformar sua realidade. A situação encenada mostrava um pescador que tentava sem sucesso mobilizar seus pares para conquistar verba para a construção de um cais.



Figura 22: Arte educadora questiona a plateia da cena de Teatro Fórum sobre possíveis intervenções durante apresentação na Casa do Pescador (Tamoios, Cabo Frio).

Durante a apresentação da cena, a plateia, composta quase totalmente por pescadores artesanais, se mostrou bastante identificada com o contexto apresentado, comentando muito a cada nova ação do protagonista. “É exatamente isso que acontece” foi a frase mais ouvida. No papel de Curinga – o mediador do teatro fórum, que dinamiza a cena e estimula os debates –, a arte educadora questionou a plateia sobre essa identificação e sobre o desejo de transformar essa realidade. A plateia, que a princípio mostrou resistência e descrédito, pois “as coisas eram assim mesmo” e “não haveria jeito de mudar essa situação”, logo passou a intervir.

Muito animados, todos os presentes participaram com alternativas, que sempre passavam pela organização e mobilização do grupo para a participação nos espaços de decisão e tinham o pescador como protagonista. O debate sobre as intervenções enfatizou a importância de mapear e ocupar efetivamente esses espaços, para garantir políticas públicas que defendam os direitos dos pescadores.



Figura 23: Pescador, de chapéu, assume protagonismo da cena para intervir em apresentação na Casa do Pescador
(Tamoios, Cabo Frio).

Como podemos ver nesses exemplos, a construção de cenas de Teatro Fórum levou os participantes a entender melhor o tema debatido, investigando suas causas e possíveis soluções. Além disso, proporcionou a todos os presentes no fórum a oportunidade de buscar saídas coletivas para as opressões sofridas

Nossa proposta a partir daqui é criar narrativas nesse caminho, que partam de histórias vivenciadas pelos membros dos Observatórios para falar sobre os conflitos e abram espaços de diálogo com outros sujeitos que passem por opressões similares, buscando sempre ações concretas e continuadas que mitiguem e encaminhem soluções.

V. Referências

- BOAL, Augusto. Teatro do Oprimido: e outras poéticas políticas. São Paulo: Cosac Naif, 2013.
- _. A Estética do Oprimido. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- _. Jogos para atores e não-atores. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- CITELLI, Adilson Odair; COSTA, Maria Cristina Castilho (orgs.). Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento. São Paulo: Paulinas, 2011.
- FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- _. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- _. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- PERUZZO, Cicilia Krohling. Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998.
- SANTOS, Bárbara. Teatro do Oprimido raízes e asas: uma teoria da práxis. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2016.
- SITE PEA OBSERVAÇÃO. Plano de Trabalho Fase de Transição. Disponível em: <http://peaobservacao.com.br/wp-content/uploads/2014/09/plano_transic3a7c3a3o_site.pdf> Acesso em: 23 de julho de 2018.
- _. Plano de Trabalho Fase 3. Disponível em: <http://peaobservacao.com.br/wp-content/uploads/2016/07/0367CT0033-2_plano_de_trabalho_fase3_final.pdf> Acesso em: 23 de julho de 2018.
- _. Plano de Trabalho Fase 4. Disponível em: <http://peaobservacao.com.br/wp-content/uploads/2015/04/Plano_de_trabalho_fase_4_Rev-01_protocolo.pdf> Acesso em: 23 de julho de 2018.

Projeto de Educação Ambiental do Campo de Polvo / PEA-CP



A realização do Projeto de Educação Ambiental do Campo de Polvo é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.



ANOTAÇÕES



ANOTAÇÕES



ANOTAÇÕES



ANOTAÇÕES



